



ATA – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2024

Ata da Audiência Pública de 26 de Setembro de 2024 – Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2024 dos poderes Executivo, Legislativo e Prevíporã do Município de Ponta Porã – MS. Vereador Agnaldo: Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, bom dia. Convido para secretariar a presente sessão a vereadora Angela Derzi, relatora da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Esta Audiência Pública realizada pela comissão permanente de Economia, Finanças e Fiscalização da Câmara Municipal de Ponta Porã, sob a presidência do vereador Agnaldo, ao qual passo a palavra. De acordo com as determinações legais conferidas na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 e no Artigo 75, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município de Ponta Porã, iniciamos neste momento a Audiência Pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre do exercício de 2024. Em nome da Transparência, da moralidade e da democracia, declaro aberta a presente Audiência Pública de Prestação de Contas do segundo quadrimestre do exercício de 2024. Neste momento, convido os senhores vereadores presentes, para ocuparem seus lugares no plenário. Convido os senhores componentes da mesa para que a gente possa fazer a foto oficial. Agradecemos a presença do senhor Ronei José, diretor de Finanças do Prevíporã. Ao desfazer a mesa, fica combinado a seguinte ordem, para as explicações e apresentação. A excelentíssima senhora Fernanda Palermo, diretora do Departamento de Finanças, será a primeira a fazer a apresentação. O segundo, o Rafael Fração, Presidente do Instituto do PREVIPORÃ, e, na sequência, finalizando, o senhor Secretário Municipal Fabrício Cervieri, que apresenta o planejamento e finanças da Prefeitura Municipal de Ponta Porã. Os questionamentos vão ser anotados durante as apresentações, exclusivamente com a servidora Bel. Não havendo inscrições, é dado encerrada a inscrição no período da última fala. Bom dia, autoridades, presidente dessa sessão, vereadores, público presente, funcionários desta Casa de Lei. Estarei apresentando a prestação de contas do segundo quadrimestre da Câmara Municipal. Os dados aqui apresentados são consolidados e maiores esclarecimentos sobre os mesmos





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

poderão ser solicitados oficialmente às secretarias competentes. Legislação aplicável. Parágrafo 4º do artigo 9º e artigo 63 da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. As informações aqui transcritas foram extraídas dos balancetes entre 1º de janeiro de 2024 a 31 de agosto de 2024. Valores do repasse do Executivo. Nesses oito meses foram de R\$ 11.855.000,00 reais. Despesas realizadas no período dos dois quadrimestres. Vencimentos, vantagens fixas, pessoal civil, de 1º de janeiro a 31 de agosto. Subsídio de vereadores, salário de funcionários, R\$ 6.284.000,00 reais. Obrigações patronais previdenciárias no INSS, vereadores e funcionários, R\$ 814.000,00 reais Contribuições patronais do Prevíporã, funcionários ativos, R\$ 174.000,00 reais. Aporte para cobertura do déficit atuarial do Prevíporã, funcionários ativos, R\$ 200.000,00 reais. Despesa com manutenção do legislativo, aplicações diretas, Equipamento e material permanente, R\$ 600.801 reais. Diárias civis, R\$ 33.418 reais. Materiais de consumo, R\$ 91.754 reais. Despesas com passagens e locomoção, R\$ 25.052 reais. Serviços de consultoria, R\$ 209.800 reais. Serviços de terceiros pessoas jurídicas, R\$ 952.153 reais. E serviços de tecnologia da informação e comunicação, R\$ 60.326 reais. Com um total de R\$ 1.973.305 reais. Total das despesas realizadas no período, R\$ 9.446.694 reais. Obrigações previdenciárias do INSS parte do segurado, vereadores e funcionários, R\$ 365.324 reais. Obrigações Prevíporã parte do segurado. Funcionários ativos, R\$ 174.120,00 reais. Aplicação constitucional dos últimos 12 meses, gasto com pessoal. Limite da Constituição da Lei de Responsabilidade Fiscal é, no máximo, 6%. O nosso aplicado foi 2,33%. Relatório de gestão fiscal. De primeiro, de setembro de 2023 a 31 de agosto de 2024. Receita corrente líquida, R\$ 483.353.000 mil reais. Despesa total com pessoal utilizado, 2,33% somando R\$ 11.278.000 mil reais. Se tivéssemos usado o limite máximo permitido de 6%, seriam R\$ 29 milhões. Se tivéssemos utilizado o limite prudencial de 5,70 % seriam 27 milhões e o limite de alerta de 5,40% seriam R\$ 26 milhões. Relatório de gestão fiscal quadro comparativo. Limite máximo permitido de 6%. No 1º quadrimestre/ 2024, as despesas brutas com pessoal foi de 2,23% R\$ 10.724.000 mil reais. No 2º quadrimestre 2024, a despesa bruta com pessoal foi de 2,33 % R\$ 11.278.000 mil reais. Aplicação constitucional do 2º





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

quadrimestre de 2024. Gasto com folha percentual do duodécimo, máximo 70%, aplicado 53,01%. Despesa com folha até o segundo quadrimestre de 2024. De 1º de janeiro de 2024 a 31 de agosto de 2024. O duodécimo recebido foi de R\$ 11.855.000 reais. O limite máximo permitido de 70% daria R\$ 8.298.000 mil reais. Mas a nossa despesa com folha no segundo quadrimestre de 2024 foi R\$ 6.284.000 reais, com um percentual de 53,01%. Despesa com folha quadro comparativo. No primeiro quadrimestre, o percentual utilizado foi de 48,86% dando R\$ 2.846.000 mil reais. Até o segundo quadrimestre, o percentual utilizado foi de 53,01% dando R\$ 6.284.000 mil reais. Ativo permanente até o segundo quadrimestre de 2024, saldo anterior R\$ 434.000 mil reais. Aquisição e incorporação, R\$ 600.801 mil reais. Depreciação, amortização, exaustão e reavaliação R\$ 232.000 mil reais. Saldo atual, R\$ 802.827 mil reais. Restos a pagar do exercício de 2023. Veio do ano anterior para que nós pudéssemos cumprir esse ano. Os restos inscritos de 2023 foram 385.350. Os pagos já em 2024 desses restos foram R\$ 345.805 mil reais. Temos ainda um total do passivo de R\$ 39.545 reais. Saldo de caixa e equivalência de caixa até o final do segundo quadrimestre de 2024. Caixa econômica federal R\$ 735 mil reais. Banco do Brasil, R\$ 28.306 reais. Provisão estimada para 13º e obrigações futuras em aplicação, R\$ 1.739.000 mil reais. Rendimentos de aplicações, R\$ 44.910 reais. Valor considerado pelo banco e não pela contabilidade, R\$ 114 reais. Um total disponível de R\$ 2.548.000 mil reais. Obrigada. Convido à sequência, conforme combinado no início, o diretor-presidente do Previporã, Rafael Fração. Em nome do vereador Agnaldo Miudinho, presidente nesta sessão, gostaria de dar as boas-vindas a todos, desejando um bom dia. Hoje estarei prestando contas do segundo quadrimestre de 2024, onde são considerados os dados consolidados de janeiro a agosto. Como podemos ver nessa planilha, as alíquotas de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas do RPPS é de 14%. Aqui, como de costume, eu gosto de enfatizar que os aposentados que contribuem para o Previporã são apenas aqueles que recebem acima do teto da Previdência, do INSS. Eles contribuem só sobre a diferença que ultrapassa os R\$ 7.786,02. Todas as contribuições previdenciárias poderão ser creditadas para o Previporã até o último dia útil seguinte do mês subsequente ao da competência. Por exemplo, no mês de agosto, agora,



 3



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

poderia ter sido pago até o último dia útil do mês de setembro, que vai ser na segunda-feira, dia 30. As contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas de janeiro a agosto 2024, representa nessa planilha um montante de R\$ 12.358.322,85. Como dito, pelo princípio da competência, esses R\$ 245.006 não se somam ao montante dos valores de janeiro e agosto, pois foram quitados essa semana, então, no mês de setembro. Mas está tudo regular, tudo pago, não tem nada em atraso das contribuições. As contribuições patronais do Executivo, legislativos repassados no período, representam R\$ 14.841.897,46. Ali tem R\$ 12.346.000, que é do aporte financeiro, que encontra-se em aberto até o momento. Outras contribuições repassadas no período, de janeiro a agosto 2024, totalizaram R\$ 3.337.805,00, que são representadas pela compensação financeira entre o Previporã e o INSS, contribuições originárias de sentença judicial. Grande parte desse recurso é proveniente do precatório do Sindiporã, porque, como foi de natureza trabalhista, tem que ser feita a retenção dessas contribuições e repassada ao instituto. Aluguel do prédio do Previporã para o município, que encontra-se em dia também. Multas e juros, receita patrimonial de investimento. Nessa planilha estão demonstrados a utilização dos recursos previdenciários, que resultou em R\$ 33.590.971,24. Aqui foram os gastos tidos com o custeio das atividades do Previporã, desde a folha de pagamento de servidores do instituto, folha de pagamentos de aposentados e pensionistas, despesas do exercício anterior e repasse de consignados com instituições bancárias conveniadas que foram retidas no período anterior. Como podemos ver nessa planilha, o saldo financeiro em 31/12/2023 foi de R\$ 166.207.859,71. Em 2022, esse saldo foi de R\$ 156.494.000,00. Ou seja, de 2022 para 2023, houve um superávit financeiro de R\$ 9.713.000,00. Até agosto desse ano, já tivemos um superávit financeiro no valor de R\$ 7.492.000. Ou seja, está crescendo o dinheiro do Previporã. A nossa carteira de investimento teve rentabilidade de 4,78% ao ano, já até nesse período, ficando ainda abaixo da meta atuarial, que é de 6,20% ao ano. Isso porque ainda temos outro quadrimestre para atingir a meta atuarial, que falta pouco para atingir foi 1,42% apenas, em vermelho, ali no canto. Tem sido um ano desafiador para a carteira de investimentos, em razão dos fatores de riscos verificados no cenário global, em especial decorrente dos conflitos geopolíticos.



[Handwritten signature] 4



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Nesse gráfico, notamos que, nos meses de março, julho e agosto, o desempenho da carteira ficou acima da meta. E apenas em abril que o desempenho foi negativo. Mas, ainda assim, foi possível obter superávit nos investimentos. Ou seja, os investimentos estão dando retorno, sim, o dinheiro do Previporã está aumentando, eu gosto de lembrar que quando, em 2017, essa administração assumiu, havia R\$ 88 milhões investidos. Hoje nós possuímos R\$ 173 milhões. Nós mais do que dobramos a carteira de investimentos do Previporã. Está sendo feita a coisa certa, dentro da legalidade, não há nada de errado, tudo certinho. Nessa planilha são descritas todas as aplicações financeiras e a sua disponibilidade em 31 de agosto, representando os R\$ 173.700.000 mil reais que temos disponível em investimento. Não vai faltar dinheiro para pagar benefícios previdenciários. A saúde financeira do Previporã é excelente, não tem perigo, nunca atrasou benefícios previdenciários e não vai ser agora que vai atrasar. Está bem tranquila mesmo a situação do Previporã Somente, pessoal. Obrigado. Obrigado, Rafael Fração. Convido o excelentíssimo Sr. Fabrício da Costa Cervieri, secretário municipal de finanças, para que faça a apresentação da Prefeitura Municipal de Ponta Porã. Bom dia a todos. Obrigado pela presença. Na pessoa do nosso presidente Agnaldo, saúdo os vereadores presentes. Essa é uma audiência que encerra um ciclo. Na verdade, temos mais uma, mas é a do orçamento. Em novembro, fechamos um ciclo de 42 apresentações ao longo desses oito anos. Essa aqui é de número 41. Com satisfação que terminamos a prestação de contas desses oito anos de trabalho. Esperamos continuar apresentando várias ainda. Demonstração das metas fiscais do município de Ponta Porã, de acordo com a lei orçamentária 4.610, de 15 de dezembro de 2023. Vamos tratar das receitas do município de Ponta Porã. Orçamento previsto para esse ano de 2024 de R\$ 749, quase R\$ 750 milhões. Estamos trabalhando com um orçamento para o ano que vem, que vai ser apresentado agora em novembro. Para o ano que vem, teremos um orçamento de R\$ 900 milhões e, em 2026, devemos bater R\$ 1 bilhão de orçamento municipal. Lembrando que pegamos com um orçamento de R\$ 200 milhões em 2016. Então tivemos um crescimento bastante substancial nas receitas do município e isso está repercutido nos investimentos e nos gastos que o município tem feito, que eu vou explicar daqui a pouco detalhando a





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

qualidade do gasto do município de Ponta Porã. Como essa é a última prestação desse mandato e a última desses últimos oito anos, vale a pena a gente esclarecer a qualidade do gasto que foi feito ao longo desse período. Bom, desse orçamento de R\$ 749 milhões até o segundo quadrimestre, ou seja, até o final de agosto, nós já arrecadamos R\$ 481 milhões. Isso dá algo em torno, próximo de 60,64 % aproximadamente. Ano passado, nós tínhamos arrecadado, até o segundo quadrimestre, algo em torno de 50%. Então, se nós pegarmos o mesmo último quadrimestre do ano passado, sem melhora nenhuma, e somarmos aos R\$ 481 milhões, a gente já bate o orçamento. Então, provavelmente, os R\$ 749 milhões a gente deve extrapolar um pouco esse ano. Estou com a expectativa que a gente consiga chegar próximo dos 800 milhões de reais nesse ano de 2024. As receitas. Receitas correntes, R\$ 357 milhões de reais. Receita tributária, R\$ 75 milhões de reais. Ano passado, em impostos, foram R\$ 64 milhões de receita tributária, Impostos, R\$ 68 milhões. Agora vamos detalhar um pouquinho esses impostos. O IPTU, até o presente momento, R\$ 22.817.000 milhões de reais. A gente deve fechar o ano com aproximadamente R\$ 24.000.000 milhões de reais de arrecadação de IPTU. Um número bastante considerável. Mesmo período do ano passado, R\$ 20.000.000 milhões, a gente teve um crescimento de R\$ 2.000.000 milhões, de um ano para o outro. ITBI, Imposto de Transferência de Imóveis de Áreas Rurais. Esse ano, R\$ 6,9 milhões. Ano passado foi de R\$ 3,8 milhões. Um aumento de R\$ 3 milhões. Isso mostra que, apesar da crise, das dificuldades financeiras, a atividade imobiliária no município e tanto a transferência de áreas rurais continuou bastante forte. Imposto de renda, R\$ 15 milhões. Esse teve um crescimento bastante substancial esse ano, ano passado foi na ordem de R\$ 10 milhões, o município adotou medidas novas, até teve um projeto de lei aprovado pela Câmara na forma de retenção de imposto de renda que o município vinha aplicando, isso permitiu um crescimento da receita muito grande dentro do município. E para o ano que vem também é uma conta bastante considerável, você pode ver que a proximidade dela com o IPTU é muito forte. Então são receitas muito importantes, garantem muita coisa. Imposto de serviço de qualquer natureza, o ISS, R\$ 23 milhões, esse não teve crescimento, mantém os mesmos índices do ano passado, um crescimento muito pequeno,



[Handwritten signature] 6



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

não foi substancial. É um número bastante alto. A tendência nos próximos anos do ISS é de queda. Até porque temos a reforma tributária que deve entrar valendo, e isso vai mudar muito as circunstâncias do município. As taxas, R\$ 7,51 milhões, mesmo número do ano passado, ano passado foi maior, foi R\$ 7,5 milhões. Taxa de poder de polícia, Alvará, Apesar de termos muitas empresas novas na cidade, o Alvará se mantém no mesmo nível. E aí eu foco que a gente tem uma inadimplência muito grande, a Procuradoria do município tem agido muito sobre isso, mas a gente ainda tem muita inadimplência, tanto em Alvará quanto em IPTU. Taxa de prestação de serviços, que é a taxa de coleta de lixo, essa teve uma redução grande, quase um milhão de reais a menos que ano passado. Nós temos mantido sempre conversa com a Sanesul e a alegação para essa queda é a inadimplência nas contas de água. E uma revisão que nós fizemos no cadastro do município no final do ano passado. Nós aumentamos as faixas de isenção de taxa de coleta de lixo. Isso gerou uma queda na arrecadação dessa taxa. Taxa de Vigilância Sanitária R\$ 121 mil. Contribuição de Melhorias R\$ 2,257. Receitas de Contribuição. Contribuição para o Plano de Seguridade, Previporã, R\$ 12.359.000 mil reais. Contribuição da Iluminação Pública, COSIP, R\$ 9.729,000 mil reais. Aqui cabe falar que essa taxa de Iluminação Pública cresceu R\$ 2 milhões em relação ao ano passado e Ponta Porã está entre os municípios que mais investem no estado em iluminação pública. Tem muito para fazer ainda, mas uma situação que eu peço para as pessoas e vocês são testemunhas disso, andem dourados à noite e andem em Ponta Porã à noite. Compara. Você vai ver a escuridão contra a claridade. É muito diferente o nível do investimento que a gente tem feito em iluminação. E essa taxa de iluminação, ela é 100% voltada para isso. Então, tem tido um investimento muito grande em iluminação pública. Receita patrimonial, R\$ 5,5 milhões, que são composto pela receita imobiliária, R\$ 182 mil, que aqui é aluguel do centro de convenções, os aluguéis das feirinhas do município que trazem essa renda. Receita mobiliária, R\$ 5,5 milhões. Aqui são resultados de aplicações financeiras do município e a receita de serviços é provida também do Previporã, uma classificação fiscal que o Rafael possui dentro da gestão do Previporã. As transferências correntes. E aqui cabe salientar, gente, algumas coisas muito importantes,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

principalmente quando a gente for falar de união e falar de Estado, a participação deles dentro da economia do município. Isso aqui justifica alguns números da saúde que eu vou apresentar daqui a pouco, apesar de segunda-feira ter audiência própria da saúde, mas eu já vou adiantar algumas explicações em relação à apresentação deles. A participação da União e, principalmente, a participação do Estado com o investimento em Ponta Porã. O nível de confiança do Estado nas ações em Ponta Porã é muito forte. É muito sustentável. Então, gerou um investimento muito grande dentro do município esse ano. E eu vou provar para vocês aqui com números. Transferências da União, R\$ 99 milhões, ano passado foi da ordem de R\$ 78 milhões. Tivemos um crescimento muito grande do nosso FPM e ITR. O FPM, o Fundo de Participação dos Municípios e o ITR, o imposto sobre as transações rurais, sobre as receitas do setor rural, geraram um crescimento de mais de R\$ 10 milhões de reais em relação ao ano passado. O fundo de participação do município teve um crescimento muito grande e o ITR Ponta Porã é o único município que não perdeu a arrecadação nos últimos oito anos. Pelo contrário, ele manteve isso sem aumentar um centavo o valor da terra o valor da cobrança que o município faz. Foi aumento de arrecadação em função disso. A gente acredita que, às vezes, você diminuindo o imposto, você arrecada mais do que aumentando. Porque as pessoas começam a ter possibilidade de pagar e isso gera um aumento de arrecadação a longo prazo, que foi o que aconteceu com o ITR. Não compensa sonegar ITR no município de Ponta Porã. Vale a pena, pelo valor da taxa que a gente cobra. Transferências de compensação financeira, R\$ 1.297.000 mil reais, isso aí é o fundo especial do petróleo, a gente recebe algo em torno de 100 mil a 140 mil reais por mês. Transferências do SUS, R\$ 26 milhões, praticamente, ano passado foi R\$ 16 milhões. Tivemos um investimento muito grande da União em Saúde. Isso aliviou bastante os cofres do município. À medida que a União e o Estado injetam mais dinheiro, você não precisa colocar tanto recurso do município. Teve um crescimento muito grande. O Fundo Nacional de Assistência Social, R\$ 1.230.000 mil reais. Vou apresentar a assistência social sozinha, daqui a pouco, para vocês. Vocês vão ver de onde vem esse recurso. Fundo Nacional de Educação, R\$ 7 milhões praticamente, ano passado foi R\$ 3 milhões,



 8



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

é o FNDE. E aqui tem uma transferência nova, que é o VAAR. É um recurso que o município recebe, que agrega à educação, que é um valor por aluno, pelo resultado do aluno durante o ano letivo, é valor agregado ao aluno, valor anual/ aluno por resultado. Isso gerou uma arrecadação de quase R\$ dois milhões de reais a mais nesses oito meses. Outras transferências da União, R\$ 545 mil reais. Transferências do Estado, R\$ 88.903 milhões de reais. ICMS, R\$ 55 milhões de reais, ano passado foi R\$ 53 milhões, um crescimento pequeno, mas teve um aumento de arrecadação. IPVA, R\$ 14.527 milhões, menos que ano passado, ano passado foi R\$ 14,6 milhões. Segundo o DETRAN, inadimplência muito grande de pagamento de IPVA. A gente teve um crescimento da frota do município, mas uma diminuição de arrecadação de IPVA. R\$ IPI 524 mil reais, participação da CID, o imposto dos combustíveis aí, R\$135 mil reais. Transferências de recursos do SUS do Estado, saúde do Estado. Ano passado foi R\$ 3 milhões, esse ano R\$ 12 milhões. Então teve um investimento do Estado em recursos para a saúde muito forte. E teve um aporte maior ainda esse semestre, que a gente vai apresentar provavelmente em janeiro, esses recursos que estão entrando agora nesse terceiro quadrimestre. Outras transferências, R\$ 1.864 milhão. Aí foi um recurso extra para transporte escolar, praticamente, que o município recebeu, R\$ 1.864.141,40 centavos, exatamente, que veio nesse convênio para apoio ao transporte escolar esse ano. Outras transferências do Estado, R\$ 3.098 milhões. Esse valor, ano passado, foi de R\$ 7 milhões. Essa outra transferência se caracteriza pelo Fundersul. E o Fundersul caiu muito grande esse ano. O governo do Estado, parou de cobrar Fundersul sobre combustíveis e cortou o repasse para os municípios. A gente recebia algo em torno de R\$ 700 mil reais de Fundersul por mês. Esse ano, a gente recebe R\$ 200 mil. Então teve uma queda de arrecadação muito grande do Fundersul. Transferências de instituições privadas, R\$ 529 mil. Aqui são empresas que destinam o seu imposto de renda para o município, em vez de pagar para a receita, elas destinam para o município. Transferências multigovernamentais, R\$ 60 milhões. Aqui é o recurso do Fundeb, aquele dinheiro que vem para a educação, que também já vou prestar conta para vocês. Multas administrativas, contratuais e judiciais, R\$ 1.276 milhão. Tivemos um crescimento muito grande. Aqui em função de algumas multas que



[Handwritten signature] 9



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

o PROCON andou aplicando na rede bancária e trouxeram retorno para o município. Isso foi bastante vantajoso. E multas de trânsito. Indenizações e restituições, R\$ 634 mil. E demais receitas correntes, R\$ 315 mil. Essas demais receitas correntes é um convênio que o município tem com a Sanesul, que todo buraco que a Sanesul cava, o município vai lá e está tampando e cobrando por isso. É um convênio que fizemos. Antes, a Sanesul tinha a obrigação de toda a rua que eles cortassem, tapar, mas isso não estava ficando com uma qualidade de acordo com o asfalto novo que temos colocado na cidade. Então fizemos um convênio que o próprio município vai lá e tampa esse buraco e cobra da Sanesul depois. Isso rendeu R\$ 315 mil nesses oito meses. Receitas de operação de crédito. Receitas de capital. Operações de crédito, R\$ 56 milhões. Ano passado foi R\$ 26, um aumento de R\$ 30. Esses 30 milhões foram recursos do Fonplata, que entrou agora no primeiro semestre, para a continuidade das obras que estão aí em andamento. Alienação de bens, que foi um leilão que a gente fez há uns três ou quatro meses de veículos que estavam muito velhos e de algumas coisas, rendeu R\$ 3 milhões. Transferências de capital, R\$ 74 milhões. Ano passado, foi R\$ 25 milhões, essas transferências de capital. O que é esse dinheiro. Convênio para obras. Dinheiro para o Terminal, Anel, dinheiro para asfalto de vários bairros. Aqui que eu falo do investimento e da credibilidade de Ponta Porã junto ao governo do Estado. Tivemos um aumento de quase R\$ 50 milhões em investimentos em obras e de convênios dentro do município. Outras receitas, R\$ 1.085 milhão. Receita Intra-Orçamentária, R\$15 milhões. Essa Intra-Orçamentária é a dedução do PREVIPORÃ. Dedução da receita, R\$ 25 milhões, chegando no total geral, fechando os R\$ 481 milhões arrecadados nos últimos oito meses. Composição da receita. Então, aqui em alaranjado clarinho e azul, a gente vê aqui os R\$ 88 milhões do Estado, aqui os R\$ 92 milhões da União. Se a gente somar aqui com os 60 do Fundeb, isso aqui a gente chega em uma participação de uns 54%, mais ou menos, de recursos da União e do Estado no município. Até o quadrimestre passado, esse número estava na faixa de 47%, nós vínhamos mantendo abaixo dos 50%, só que os aportes, tanto do Estado quanto da União, foram muito fortes e elevaram essa participação desse recurso. Historicamente, Ponta Porã sempre está na faixa dos seus 45% a 55% de recursos do Estado e da União.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Despesas. Aqui que eu quero me alongar um pouquinho para falar para vocês da qualidade da despesa do município. Vamos lá R\$ 750 milhões, o nosso orçamento. A despesa já liquidada, R\$ 457 milhões. Aqui eu vou fazer uma explicação, que é um conceito que eu vou usar daqui a pouco e que eu preciso explicar para que vocês possam ter um entendimento perfeito. Aqui a gente está falando de despesa liquidada. Eu vou falar de despesa liquidada e de despesa empenhada. O que é a despesa empenhada? Que já foi feita, que está pronta lá para ser paga. A despesa liquidada é aquela que já foi efetivamente paga. Esses dois conceitos são muito importantes para que a gente entenda daqui a pouco algumas coisas. Despesa efetivamente liquidada, R\$ 457 milhões de reais. Aqui a participação, mas eu prefiro esse quadro aqui que demonstra melhor. Desses R\$ 457 milhões, 196 milhões, foram gastos com pessoal e encargos sociais. Ano passado isso foi na faixa de R\$ 180 milhões. A gente teve um crescimento salarial nesse ano. Então, juros e encargos da dívida, R\$ 3.675 milhões. Despesa para manutenção de secretarias, R\$ 128 milhões. As despesas correntes para fazer o município girar. Aqui vai desde material de limpeza, as compras diversas que o município faz, compra de medicamento, fralda, está tudo aqui dentro. R\$ 128.000.000 milhões. Investimentos, R\$ 112.000.000 milhões. Amortização de dívida, R\$ 17.000.000 milhões. Bom, vamos falar da qualidade desse gasto nesse último ano. Vamos começar aqui com as despesas correntes. A gente tem tentado trabalhar na redução de despesas e segurar os gastos. Ano passado foi R\$ 118 milhões. Um crescimento, 10 milhões é muito dinheiro, mas não nessa estrutura. Foi um crescimento muito pouco. A gente conseguiu manter o gasto dentro de uma estrutura enxuta, com a participação de todos os secretários. A gente vem há dois anos trabalhando nisso, é fazer o mais com menos. Tentar manter a qualidade sem ter que, obrigatoriamente, aumentar o gasto em despesas correntes. E agora aqui, essas duas relações. Juros e amortização de dívida. A gente pagou R\$ 3 milhões de juros e pagou R\$ 17 milhões do principal. Qual é a conclusão que a gente chega? Até uns três anos para trás, essa relação era inversa. A gente só estava pagando juros dos financiamentos que a gente possuía. A partir do ano passado, a gente começou a pagar o principal das nossas dívidas. Tem muitas até que já, alguns financiamentos, que já estão





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

até encerrando. Então, qual é a tendência do município? À medida que isso aqui está aumentando, o endividamento vai começar a diminuir a partir do ano que vem. Para vocês terem uma ideia, daqui a duas semanas, dia dez, a gente tem que fazer um pagamento do valor principal para o FONPLATA. O primeiro pagamento que a gente vai fazer é do principal do empréstimo, 2 milhões de dólares. Algo em torno de R\$ 11 milhões de reais, dia 10 a gente tem que pagar, dinheiro já está em caixa. Só estou esperando a melhor data para pegar o menor câmbio possível para poder fazer esse pagamento. A gente tem que monitorar isso diário, para não correr risco de você pegar um câmbio muito alto. Toda vez que a gente traz dinheiro, a gente fica monitorando para trazer o dinheiro no maior câmbio possível e, na hora de pagar, fica monitorando também para pegar o câmbio da menor data possível. O dinheiro do FONPLATA, os 25 milhões de dólares que o FONPLATA nos emprestou, como é que funciona esse empréstimo. O FONPLATA pegou esses 25 milhões de dólares, depositou nos Estados Unidos, numa conta do município, nos Estados Unidos, esse dinheiro está lá. E à medida que o município vai precisando de dinheiro, o FONPLATA autoriza o município a trazer o dinheiro dos Estados Unidos para a nossa conta aqui na Caixa Econômica. Então, à medida que você apresenta resultado de obra, que você apresenta pagamento de obra, você é autorizado a ir trazendo dinheiro. Mas agora a gente começa a pagar o principal. Os pagamentos do principal do FONPLATA acontecem duas vezes ao ano, abril e outubro. Esse outubro é o primeiro pagamento do principal, na ordem dos seus R\$ 11 milhões de reais. A qualidade desse gasto aqui está sendo bastante considerável. À medida que a gente vai aumentando o pagamento de amortização, a gente diminui juro e também diminui o volume da dívida. Isso vai ter um efeito muito forte pelo planejamento a partir de 2026. Em 2026, a curva do endividamento do município começa a cair grande. Até porque os próximos financiamentos, a gente tem aprovado junto ao Governo do Estado, que é uma licitação do Estado, inclusive, que é o FOCEM. O FOCEM é um empréstimo a fundo perdido que o município não paga por ele. O município de Ponta Porã vai receber R\$ 7 milhões de dólares. E disso aí nós temos que fazer à vista ano que vem uma contrapartida de 20%. E mais nada. É o único pagamento que o município vai



Handwritten signature 12



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

fazer desse recurso, que é o recurso que já está alocado pela própria licitação para a continuação da linha internacional, a reforma do trevo da Cuia, alguns investimentos na região ali do Grande Marambaia, que vai ser feito com esse dinheiro do FOCER. Investimentos no município, R\$ 112 milhões. Ano passado foi R\$ 52 milhões, no mesmo período. Tivemos um crescimento de mais de 50% de investimentos. Isso é muito importante. Recursos Vinculados. As metas fiscais do FUNDEB. Bom, o FUNDEB estava previsto arrecadar esse ano algo em torno de R\$ 96 milhões de reais. A gente acredita que vai chegar em quase R\$ 100 milhões de reais pelos números até o presente momento. Tivemos o acréscimo do VAAR, aquele valor pelo resultado da performance dos alunos da rede municipal ao longo do período, que esse primeiro semestre somou algo em torno de R\$ 2 milhões. Isso cresceu aqui. Nós recebemos, até o segundo quadrimestre, até agosto, R\$ 62,257 milhões. Mas o rendimento, que esse dinheiro, ele fica aplicado, ele já entra numa aplicação automática, a gente tem aí 350 mil de rendimentos e vai gastando ao longo dos meses, R\$ 62,6 milhões, valor liquidado, ou seja, já pago desse recurso, R\$ 58,8 milhões. No que foi gasto esse dinheiro. 100% em folha de pagamento da educação. Está aqui, profissionais da educação básica, que, teoricamente, teria que ser 70%, a gente aplicou 99%. O apoio ao ensino básico, esse 30% aqui, que está aplicado 0,89%, a gente trouxe essa folha de pagamento aqui para dentro do cofre do município, aumentando a aplicação do município em educação, para poder manter o nível, manter a qualidade, fazer frente ao concurso, para trazer professores concursados, para mantermos a base muito forte do ensino. O município optou por não onerar o Fundeb, Se vocês lembrarem, ano passado o município fez o contrário, e ano passado a gente teve que colocar quase R\$18 milhões para fechar a folha de pagamento do Fundeb. Teve que tirar do caixa e colocar no Fundeb algo em torno de R\$ 18 milhões. Esse ano, como a gente já trouxe essa folha de pagamento para dentro da folha do tesouro do município, o Fundeb não vai ser onerado. Ele vai conseguir fechar as contas dele no azul. Não vai precisar aporte do município dentro do Fundeb esse ano. Metas fiscais da saúde. A saúde tem apresentação segunda-feira, mas eu vou falar de números dela também aqui para vocês. Receita prevista da saúde, R\$ 118 milhões.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Receita arrecadada até o presente momento, R\$ 65 milhões. Transferências do município, R\$24 milhões. Receita patrimonial, R\$ 502 mil. Transferências da União, R\$ 25 milhões. Transferências do Estado, R\$ 14 milhões. Outras receitas, R\$ 175 mil. Eu não gosto muito desse nome, outras, porque ele não explica certo o que é. Eu gosto de explicar para vocês o que trata esse outras aqui. Apesar de ser um valor muito pequeno, dentro dessa composição aqui, é dinheiro público e devemos satisfação dele. O que foi esses R\$ 175 mil de outras. Foi R\$ 100 mil que o Ministério Público destinou de multas que o Ministério Público recebeu, ele mandou para a saúde do trabalhador e R\$ 75 mil do seguro de uma ambulância que bateu. Tivemos outras receitas dentro da saúde. As transferências. O município, ano passado, colocou R\$ 31 milhões, esse ano colocou R\$ 24 milhões, e por isso que eu quis salientar bastante para vocês o aumento do investimento, tanto da União e, principalmente, do SUS do Estado, que quase triplicou o dinheiro que o Estado mandou para a saúde, e isso desonerou bastante a necessidade do município. Porém, como eu vou mostrar daqui a pouco, até o fim do ano o município tem que aportar bastante recurso na saúde para poder fechar a obrigação legal. A gente já está trabalhando nisso e até novembro deve estar com um número bem redondo. Só que vai acontecer uma situação bastante diferente dos outros anos. A saúde vai fechar as contas sem precisar que o município faça grandes aportes além daquilo para fechar o índice. Ano passado, o município não teve muito apoio e a gente teve que colocar muito recurso para manter a saúde dentro do nível que ela se encontra. Receita para apuração do resultado, R\$ 198 milhões. Aqui, lei de responsabilidade fiscal, que obriga, até o fim do ano, a gente investir 15% da receita em saúde. Então, teria que ter investido R\$ 29 milhões, nós estamos com uma aplicação aqui de R\$ 24 milhões. E aqui que eu trabalhei agora há pouco com vocês, o conceito de liquidado e empenhado. Liquidado, receitas já pagas, contas já pagas. Empenhado, contas que ainda vamos pagar. Então, como é que estamos? Pago até o presente momento 12,49%. E empenhado até o presente momento, que o município ainda tem que pagar 14,23%. Isso nos dá uma tranquilidade para chegar no 15% com bastante facilidade até o fim do ano. Por que a gente tem tranquilidade? Nos últimos anos, se você pegar 2021, 2022, principalmente nos anos da pandemia que vinha





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

muito recurso para a saúde, esses valores aqui eram na faixa de 11%, 10% nesse segundo quadrimestre. E a gente sempre conseguia fechar o ano tranquilamente. Tanto que ano passado a gente fechou o ano com investimento de 20%, 5% acima dos 15 % obrigatórios. Transferência da União, R\$ 25 milhões. Transferência do Estado, R\$ 14 milhões. Só falando desses números, até o presente momento aqui, a gente recebeu R\$ 40 milhões. Ano passado, no mesmo período, a gente recebeu R\$ 23 milhões. Então, entre União e Estado, quase dobrou. Por isso, aliviou a necessidade de fluxo de caixa do município. Despesas executadas na saúde, prevista R\$ 118 milhões, liquidada R\$ 63 milhões. Pessoal em cargos, R\$ 30 milhões. Despesas de custeio, R\$ 31 milhões. Investimento, R\$ 2.100 milhões. Total, R\$ 63.670 milhões. Metas fiscais da assistência social. Aqui eu vou explicar aquele número que eu mostrei na receita de recurso recebido da União para Assistência Social de um milhão e pouco, que está aqui composto. Orçamento previsto para assistência social para esse ano, algo em torno de R\$ 18 milhões. Despesas realizadas e liquidadas até o segundo quadrimestre, ou seja, até o final de agosto, R\$ 9,7 milhões. Qual é a composição dessa receita realizada aqui? R\$ 1.236 milhão, vindo da União para o Fundo Nacional de Assistência. Transferência do Estado, R\$ 783 mil. Teoricamente, ele deveria estar dentro do ICMS, melhorando o ICMS, mas é difícil da gente mensurar isso porque não vem discriminado quando a gente recebe do Estado o imposto. Rendimento R\$ 75 mil, outras receitas R\$ 200,00. Aporte do município na assistência R\$ 8,3 milhões. Total aplicado 10 milhões. Ou seja, o município responde por algo em torno de 80% do recurso da assistência social. Se o município não aportar na assistência social, não existe assistência social. Tanto a União quanto o Estado tem uma participação muito pequena dentro desse processo. E aqui, sim, onera bastante o caixa do município. Temos trabalhado em projetos para tentar trazer recursos da União diretamente para algumas ações sociais, para tentar desonerar isso aqui. Mas, enquanto isso não acontece, não se efetiva, ainda a conta é do município. Demonstração dos limites de gestão fiscal. Vamos lá. Folha de pagamento dos últimos 12 meses, setembro/2023 a agosto 2024. Despesa com pessoal R\$ 229 milhões, o gasto representa 47,58%. O que significa esse número. Excelente. Limite máximo permitido, 54%. Limite prudencial,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

51,3%. O limite de alerta, 48,6%. Nós estamos abaixo do limite de alerta, o que é uma situação muito boa. O que acontece se o município extrapola esses números? Até os 54 %, o município fica sobre vigilância. Ele tem que prestar contas, ele tem que dar satisfação ao Tribunal de Contas, ele tem que dar satisfação à União. Quando passa desse limite aqui, aí é intervenção no município. para fazer o equilíbrio. Então, nós estamos bem abaixo desse número, nós estamos aí com 47, 58%. Uma situação de tranquilidade, a gente deve fechar o ano entre 45 e 47%. Que era uma meta que a gente tinha há oito anos atrás, fechar esse primeiro ciclo de oito anos abaixo dos 50 %, abaixo da linha de alerta. A gente pegou em 2016 com 54%. Tivemos concurso, tivemos aumento de contratações e, mesmo assim, a gente manteve o índice. Qual é o grande argumento para você manter o índice? aumento da receita do município. Vou reforçar, a gente pegou com um orçamento em janeiro de 2017, um orçamento, para ser exato, de R\$ 222 milhões e vamos entregar para o ano que vem um orçamento de R\$ 900 milhões de despesas. Esse crescimento permite que a gente tenha tranquilidade nesses números. Educação. Impostos arrecadados, R\$ 202 milhões. A aplicação até o segundo quadrimestre, R\$ 58.747 milhões. 29,05% de aplicação. Legalmente, a gente tem que cumprir, na lei de responsabilidade fiscal, uma aplicação de 25%, que está aqui, já está superado, e tem mais uma lei municipal que pede mais 5% para a educação para fechar os 30%. A lei municipal não tem penalidades, a lei federal tem penalidades. Nós devemos fechar esse ano com algo em torno de 32% de aplicação, 32%/ 33%. Esse número aqui nós estamos muito tranquilos, porque, nos últimos, a média histórica do município, Eu faço estatística, eu pego estatística do município, eu peguei referência, como a gente entrou em 2017, eu peguei uma referência de dez anos anteriores sempre para trabalhar. Então, eu tenho estatística de Ponta Porã desde 2007. Se você for pegar o segundo quadrimestre desde 2007 do município, a gente chega no final desse quadrimestre aqui sempre em torno de 24%. Então, a gente está com uma situação de bastante tranquilidade para fechar o ano. Mais que processo eleitoral, mais que qualquer coisa, nós temos a responsabilidade de um encerramento de mandato. Encerramento de mandato dentro de finanças é um ano muito atípico. Você não tem espaço para deixar coisas para depois. Você tem que





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

encerrar até 31 de dezembro, obedecendo os índices, obedecendo a responsabilidade fiscal, com as contas certas, com as contas encerradas. É isso que nós temos trabalhado. A partir de agora, de outubro, começa, dentro da estrutura burocrática do município, o processo de encerramento de mandato. Esse encerramento de mandato requer o cumprimento desses índices legais. Aplicação na saúde, 15%. A gente está ali com 12,49% liquidado, mas já com 14,23 % empenhado. Agora, em outubro, a gente já bate os 15 % e vai manter isso até dezembro para fechar dentro do número satisfatório. Endividamento do município. Vamos lá. Internos, caixa econômica, R\$ 56 milhões em 31 de dezembro do ano passado, R\$ 88 milhões agora em 31 de outubro. Esse valor teve um crescimento em função de aportes que a gente teve dentro do AVANÇAR CIDADES e do FINISA, na continuação das obras. FONPLATA, R\$ 62 milhões, agora R\$ 113 milhões. A gente tem que fechar até setembro do ano que vem o total dos R\$ 25 milhões de dólares aqui de endividamento. Porém, esse número, à medida que vai crescendo, ele tem um redutor que são as parcelas do principal que a gente começa a pagar agora. Internos Banco do Brasil, R\$ 4,1 milhões, está em R\$ 3,5 milhões. Esse a gente já está pagando, a gente já terminou esse financiamento e começou a estar só pagando o principal dele. INSS, R\$ 11,5 milhões para R\$ 10,960 milhões. PreviPora, R\$ 40 milhões para R\$ 37 milhões. Receita Federal, PASEP, R\$ 9,0 milhões, está em R\$ 7 milhões. Precatórios R\$ 3, 747 milhões, falta pagar R\$ 125 mil, que se eu não me engano a guia é para segunda-feira desses R\$ 125 mil, já mata essa conta aqui também. Total 190 milhões, dívida total R\$ 261 milhões. Como eu venho falado nessas 42 apresentações feitas ao longo desses oito anos, o endividamento do município pode chegar a algo em torno de 350 a R\$ 400 milhões de reais. É permitido. Não é o que vai nos acontecer. Por que é o valor permitido? É aquilo que cabe dentro da capacidade de pagamento do município. Qualquer coisa acima disso, você já compromete o fluxo de caixa do Tesouro Municipal. A gente tem a responsabilidade de manter um endividamento dentro de patamares que possam ser possíveis de você manter o nível de investimento sem prejudicar as outras atividades. E é isso que tem acontecido. E tem também algumas coisas que acontecem principalmente aqui no FONPLATA e nesses empréstimos da





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Caixa. Todos esses empréstimos, eles têm uma cláusula de auto sustentabilidade, ou seja, não é só um empréstimo que tem que ser gasto, é um empréstimo que tem que trazer receita para o município. Então, a partir do momento onde você leva luz onde não tem luz, tem taxa de iluminação, tem receita para o município. A partir do momento que você leva asfalto onde não existia, você está valorizando aquela região, você tem melhora de IPTU. Então você sempre tem uma geração de receita em função do tipo de gasto feito. Com isso, eu encerro, senhores. Agradeço a presença de todos, muito obrigado pela atenção. Eu sei que números são maçantes, mas a gente precisa mostrar eles. Muito obrigado. Quero registrar e agradecer a presença do Sr. Sérgio Pinheiro da Silva, da Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Porã. Excelentíssimo Sr. Vereador Marcelino Nunes, segundo vice-presidente da Câmara Municipal. Convido o Sr. Fração, a Fernanda e o professor Fabrício para que compõem a mesa novamente, juntamente com o segundo vice-presidente, vereador Marcelino Nunes. Agradeço e registro a presença do Sr. Divino José Martins, Diretor Financeiro do Sindicato dos Comerciantes. Agradeço e registro a presença do Sr. Paulo Roberto da Silva, Superintendente do INCRA no Estado de Mato Grosso do Sul. Registro e agradeço a presença do Sr. Renê José, Diretor Financeiro do Previporã. Registro e agradeço a presença do Sr. Carlos Bernardo, Diretor-Geral da UCP, candidato a prefeito de Ponta Porã. Registro e agradeço a presença do Sr. Aizar Talavera Júnior, Secretário Municipal de Saúde. Registro e agradeço a presença do Sr. Fabio Caffarena, Secretário Municipal de Governo e Comunicação. Registro e agradeço a presença do vereador Edinho Quintana, Registro e agradeço a presença do Sr. Cândido Gabínio, Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito. Registro e agradeço a presença da Sra. Talita Beatriz Antunes Klays, Secretária Municipal do Meio Ambiente. Registro e agradeço a presença da Sra. Gabriela Pereira, contadora-geral do município. Registro e agradeço a presença do Sr. Daniel Feil, ouvidor-geral do município. Registro e agradeço a presença da Sra. Vanessa Cardoso, assessora de controle interno. Agradecemos e registramos a presença da senhora Eliane Araújo Fernandes, secretária adjunta de Educação, Cultura e Lazer. Não havendo inscritos, vamos ao encerramento. Antes de encerrarmos a presente audiência pública,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

informamos que a prestação de contas do segundo quadrimestre do ano 2024, conforme determina a Lei 101, de 4 de maio de 2000, que trata sobre Finanças Públicas e com o que dispõe o parágrafo único do artigo 63 e o artigo 92 da Lei Orgânica do município de Ponta Porã, serão devidamente encaminhados ao Tribunal de Contas para análise, sendo que, após a deliberação do egrégio Tribunal, serão encaminhados para o plenário desta casa de leis. Desta forma, agradecemos a presença de todos e declaro encerrada esta Audiência Pública de prestação de conta dos poderes Executivo, Legislativo e Previsorã do município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado pela presença de todos. Tenham todos um bom dia.


AGNALDO PEREIRA LIMA


EDINHO QUINTANA


MARCELINO NUNES

